

Plano de Educação Ambiental e Comunicação Social do Porto de Porto Alegre

2024

Elaboração:
Laura Dias Prestes
Andrea Pinto Loguercio

Título:		
Plano de Educação Ambiental e Comunicação Social	Revisão:	00
	Páginas:	45
Abrangência O presente Plano de Educação Ambiental e Comunicação Social foi elaborado em cumprimento à Licença de Operação N° 00158/2024, com conteúdo compatível com a Lei Federal nº 9.795/1999, tendo por objetivo estabelecer um conjunto de diretrizes e ações a serem adotadas no âmbito da educação ambiental e comunicação social do Porto de Porto Alegre.		

Controle de Revisões		
Revisão nº	Descrição da Revisão	Aprovação
		00

Unidade Pelotas

R. Benjamin Constant, 215 –
Centro
Pelotas – RS – Brasil
CEP 96010-020
www.portosrs.com.br

Unidade Rio Grande – Matriz

Av. Honório Bicalho, S/N – CP
198 – Bairro Getúlio Vargas
Rio Grande – RS – Brasil
CEP 96201-020
www.portosrs.com.br

Unidade Porto Alegre

Av. Mauá, 1050 – Centro
Histórico
Porto Alegre – RS – Brasil
CEP 90010-110
www.portosrs.com.br

Fone: +55 53 3278-7272

Fone: +55 53 3231-1366

Fone: +55 51 3288-9200
+55 51 3288-9208

Apresentação

A Educação Ambiental e Comunicação Social são medidas normalmente adotadas no âmbito do licenciamento ambiental. A educação ambiental na legislação brasileira está dividida em educação formal (aquela ministrada nas escolas como um componente curricular) e a educação não formal (voltada a outros ambientes de aprendizagem). Quando falamos de educação ambiental na esfera do licenciamento ambiental, estamos falando de uma educação que tem como foco principal a temática socioambiental. É uma estrutura de aprendizagem que possibilita ao indivíduo perceber-se como sujeito da relação sociedade-natureza e refletir sobre as implicações dos empreendimentos no meio ambiente e na sua qualidade de vida. Para tal, os Programas de Educação Ambiental devem incluir, no seu público-alvo, atores sociais direta ou indiretamente afetados, incluindo portanto trabalhadores(as) e a comunidade do entorno.

A educação ambiental envolve-se com uma série de dimensões da sociedade e não somente com a poluição ou impactos ambientais, como costumeiramente, a sociedade a compreende. Segundo as diretrizes da Lei 9.795/99, que dispõe sobre a educação ambiental, o processo educativo para este fim, tanto no âmbito formal, como no âmbito não formal, deve ter um enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; considerar a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural; considerar o pluralismo de ideias; vincular a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; promover um processo educativo contínuo e permanente e; articular as questões ambientais em diferentes escalas.

O Plano de Educação Ambiental e Comunicação Social do Porto de Porto Alegre foi elaborado com vistas a cumprir condicionantes da Licença de Operação nº 00158/2024. Tem por objetivo estabelecer um conjunto de diretrizes e ações a serem adotadas no âmbito da educação ambiental e comunicação social do Porto de Porto Alegre. Possui envolvimento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 3; ODS 4, ODS 6, ODS 11, ODS 12, ODS 14, ODS 15 e ODS 16). Está fundamentado na concepção de serviços ecossistêmicos para embasar as ações de educação ambiental, considerando essa abordagem como uma forma didática de comunicar a relação entre a qualidade de vida dos seres humanos e a qualidade dos ecossistemas. A diretriz metodológica principal é embasada na Aprendizagem Dialógica, na qual o ensino é baseado no diálogo. O plano possui duas componentes: ações no âmbito da Comunicação Social e ações voltadas à Educação Ambiental. Em relação ao público-alvo, dividimos em comunidade intra-portuária (abrangendo empresas, trabalhadores(as), colaboradores(as) e terceirizados(as) que estão envolvidos com a operação do Porto de Porto Alegre) e comunidade do entorno (comunidades das ilhas e

bairros adjacentes, bem como usuários dos pontos turísticos e de lazer das áreas adjacentes ao Porto de Porto Alegre).

Lista de Figuras

Figura 1: Árvore decisório - ações de Educação Ambiental e Comunicação Social	25
Figura 2: Mapa de localização do Porto de Porto Alegre	27
Figura 3: Comunidade intra-portuária do Porto de Porto Alegre	29
Figura 4: Bairros adjacentes ao Porto de Porto Alegre	30
Figura 5: Mapa Comunidade do entorno do Porto de Porto Alegre	32
Figura 6: Diagrama do processo de seleção da comunidade do entorno	34
Figura 7: Logo para o Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social	35

Lista de Quadros

Quadro 1: ODSs relacionados ao Programa de Educação Ambiental e Social.....	Comunicação	17
Quadro 2: Possíveis instituições parceiras do Programa		33
Quadro 3: Monitoramento e Avaliação		41
Quadro 4: Indicadores		42

Sumário

Apresentação.....	2
Lista de Figuras	4
Lista de Quadros	5
Sumário.....	6
1. Identificação do Gestor	7
1.1. Identificação do Empreendedor	7
1.2. Representante Legal	7
1.3. Representantes junto à Fepam	7
1.4. Equipe executora.....	8
1. Contextualização	9
2. A Educação Ambiental	11
3. Legislação, Normas e Documentos de referência	13
3.1. Política do Sistema de Gestão Ambiental.....	15
3.2. Licença ambiental com base ecossistêmica	15
4. Educação Ambiental e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	17
5. Educação Ambiental e a Abordagem da Gestão com Base Ecossistêmica	20
6. Nossa visão sobre Educação Ambiental.....	21
7. Objetivos do Plano de Educação Ambiental e Comunicação Social do Porto de Porto Alegre.....	22
7.1. Objetivo Geral	22
7.2. Objetivos específicos.....	22
8. Diretrizes Metodológicas	23
8.1. Relação porto-cidade	24
9. Caracterização do Porto de Porto Alegre e área do entorno	26
10. Público-alvo.....	28
10.1. Comunidade intra-portuária do Porto de Porto Alegre	28
10.2. Comunidade do entorno	29
11. Proposta de identidade visual do Programa	35
12. Macro ações do Programa Integrado de Educação Ambiental e Comunicação Social	36
12.1. Âmbito da Educação Ambiental.....	36
12.1.1. Ciclo de Diálogos Comunidade intra-portuária.....	36
12.1.2. Ciclo de Diálogos Comunidade do Entorno	36
12.1.3. Junho Verde	36
12.1.4. Saúde nos Portos	37
12.2. Âmbito Comunicação Social	37
12.2.1. Redes sociais.....	37
12.2.2. Boletim Informativo do Porto de Porto Alegre	37
12.2.3. Cartilha Ambiental do Guaíba.....	38
12.2.4. Vídeo - Porto de Porto de Porto Alegre e importância histórica	38
12.2.5. Manual de boas práticas	38
12.3. Ações pontuais	38
12.3.1. Dia mundial da água	38
12.3.2. Campanhas de Saúde do trabalhador	39
12.3.3. Ação Social.....	39
12.3.4. Seminário - Cidades e Portos	39
13. Monitoramento e Avaliação	41
Referências.....	43

1. Identificação do Gestor

1.1. Identificação do Empreendedor

Razão Social: Portos RS – Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande Do Sul

Nome Fantasia: Portos RS

CNPJ: 46.191.353/0002-06

CTF: 6901131

End.: Av. Mauá, 1050

Bairro: Centro Histórico

CEP: 90010-110

Município: Porto Alegre/RS

Telefone: 53 3231-1366

1.2. Representante Legal

Nome: Cristiano Klinger

E-mail: presidente@portosrs.com.br

Cargo: Presidente Portos RS

End. para correspondência: Rua/Av. Honório Bicalho s/n°

Bairro: Centro

CEP: 96021-020

Município: Rio Grande/RS

Telefone: 53 3231-1366

1.3. Representantes junto à Fepam

Nome: Henrique Horn Ilha

E-mail: henriqueilha@portosrs.com.br

Cargo: Diretor de Meio Ambiente

CTF: 277590

End. para correspondência: Rua/Av. Honório Bicalho s/n°

Bairro: Centro

CEP: 96021-020

Município: Rio Grande/RS

Telefone: 53 3233-2005

Ramal: 2136

Nome: Mara Núbia Cezar de Oliveira

E-mail: mnubia@portosrs.com.br

Cargo: Gerente de Meio Ambiente

CTF: 6280301

End. para correspondência: Rua/Av. Honório Bicalho s/n°

Bairro: Centro

CEP: 96201-020

Município: Rio Grande/RS

Telefone: 53 323-2005

Ramal: 2296

1.4. Equipe executora

Tatiana Silva da Silva	Dra. Oceanógrafa	Coordenação
Andrea Jelinek	Dra. Geóloga	Coordenação
Laura Dias Prestes	Dra. Geógrafa	Elaboração
Andrea Loguercio	Dra. Agrônoma	Elaboração

1. Contextualização

O Porto de Porto Alegre possui uma ampla área acostável junto ao Lago Guaíba, que abrange os cais Navegantes e Marcílio Dias, numa extensão de aproximadamente 8 km. Após recente mudança administrativa, o Porto passou a ser administrado pela Empresa Pública Portos RS – Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul. Criada em 2021, a Portos RS é responsável por gerenciar o sistema hidroportuário do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, A gestão ambiental do Porto de Porto Alegre é de responsabilidade da Diretoria de Meio Ambiente da Portos RS.

Em decorrência do cumprimento da Licença de Operação nº 00158/2024, emitida pela FEPAM, vem sendo implementado, desde setembro de 2021, o Programa de Gestão Ambiental Portuária do Porto de Porto Alegre (PGA-POA). O PGA-POA visa propor novas práticas, técnicas e métodos, integrados e de base sistêmica, como componentes de um programa de gestão ambiental ao Porto de Porto Alegre, a fim de fornecer indicativos para a melhoria da qualidade ambiental da área do porto organizado e sistemas adjacentes. Neste sentido o Programa enfoca tanto os objetivos do desenvolvimento sustentável quanto aos índices de desempenho ambiental de portos, configurados num conjunto de programas e planos propostos, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e aos componentes do Índice de Desempenho Ambiental (IDA).

Os Planos e (sub)Programas são: Programa Integrado de Supervisão Ambiental; Programa Integrado de Informações Ambientais Portuárias; Programa de Integração com Base Ecosistêmica; Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Programa de Gerenciamento dos Efluentes Líquidos; Programa de Gerenciamento de Risco Ambiental; Programa de Manejo da Fauna Sintrópica; Programa de Controle e Monitoramento Meteorológico, da Qualidade do Ar e do Conforto Acústico; Programa de Monitoramento da Biota Aquática e da Qualidade Ambiental da Água e dos Sedimentos; Programa de Monitoramento e Modelagem Hidrossedimentológica e da Qualidade da Água, e, por fim o **Programa Integrado de Educação Ambiental e Comunicação Social**.

O **Programa Integrado de Educação Ambiental e Comunicação Social** tem por objetivo promover um processo contínuo de aprendizagem e de troca de informações entre os atores que estão relacionados direta e indiretamente com o Porto, abrangendo questões socioambientais relacionadas à operação portuária. Suas atividades envolvem estratégias de comunicação e de educação socioambiental com o público interno do Porto de Porto Alegre, para conhecer a relação sociedade natureza, avaliar os impactos do empreendimento na esfera da saúde e da segurança do trabalho e conhecer as consequências para a população afetada. Espera-se com este Programa construir valores com a comunidade portuária e agir em prol da prevenção de riscos e de danos ambientais. O Programa está estruturado de forma *integrada* com os demais programas do

sistema de gestão ambiental portuária do Porto de Porto Alegre, para identificar os principais aspectos socioambientais, embasando assim as ações de comunicação e sensibilização da comunidade (interna e externa) do Porto.

Metas do **Programa Integrado de Educação Ambiental e Comunicação Social**:

- Identificar os atores que possuem relação direta e indireta com o Porto de Porto Alegre;
- Identificar os conflitos socioambientais relacionados à operação portuária;
- Desenvolver estratégias de Educação Ambiental e Comunicação Social;
- Acompanhar e avaliar o processo e o desenvolvimento das estratégias de Educação Ambiental e Comunicação Social.

Para o cumprimento dessas metas propomos, neste documento, o **Plano de Educação Ambiental e Comunicação Social** para o Porto de Porto Alegre.

2. A Educação Ambiental

O termo educação ambiental foi usado pela primeira vez na Universidade de Keele, no Reino Unido, em 1965. No entanto, apenas em 1975, houve a realização do I Seminário Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado (na antiga Iugoslávia) em decorrência de desdobramentos das discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano em 1972, Estocolmo, onde definiu-se a necessidade de se inserir a discussão acerca do ambiente na educação (UNESCO, 1976).

A primeira grande Conferência Intergovernamental da ONU sobre educação ambiental foi realizada em Tbilisi (na ex-União Soviética), em 1977. Essa conferência foi um grande marco e é considerada, até hoje, para as nações do planeta, a principal conferência a respeito dessa temática. Em Tbilisi, vários itens metodológicos, tidos como co-dependentes e integrados, foram listados como parte de uma educação que seria coerente com um novo tipo de desenvolvimento social.

A Educação Ambiental foi reconhecida como um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. Também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida.

Com relação às funções, objetivos e público a quem se direciona, a Conferência de Tbilisi deliberou 41 recomendações que se desdobram em vários itens para os países membros: as estratégias, as finalidades, os conteúdos e o público-alvo da Educação Ambiental. Pressupostos aceitos e indispensáveis à educação ambiental vieram orientar políticas públicas, programas governamentais ou não governamentais e projetos em diferentes países. Sintetizando, após Tbilisi, a educação ambiental se institucionaliza como ferramenta da gestão ambiental.

Cardozo & Martins (2016) trazem ainda, a percepção da Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária Chosica /Peru (1976). Nesta, a Educação Ambiental é a ação educativa permanente, pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, dos tipos de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados dessas ditas relações e suas causas profundas. Desenvolve ainda, uma prática que vincula o educando à comunidade, em valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido para a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais

Roos & Becker (2012) consideram que a Educação Ambiental deva ser entendida como uma metodologia em que cada pessoa pode assumir e adquirir o papel de membro principal do processo de ensino/aprendizagem. Os problemas ambientais ocorrem pelo danoso modo de vida

que a humanidade adotou, na qual a 'sobrevivência' do homem promove uma utilização exagerada dos recursos naturais e levou a uma situação de crise. Hissa (2008), reforça a perspectiva da Educação Ambiental como um tema transversal e interdisciplinar significará a integração de saberes frente a um 'pensar sistêmico'.

3. Legislação, Normas e Documentos de referência

O arcabouço legal que embasa as iniciativas da Educação Ambiental em nosso Programa, parte das abordagens da Constituição Federal, no seu Art. 225, que estabelece que todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerando-o bem de uso comum. Ainda, da Política Nacional de Meio Ambiente Lei 6938/1981, que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Neste sentido, foca também, que a abordagem sobre a Educação Ambiental deve considerar as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA - Lei 9.795/99) e da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental - ENCEA (estabelecida pela Recomendação CONAMA nº 14, de 26/04/2014). O objetivo maior dessas normativas é fortalecer as ações institucionais que promovam a participação social qualificada na gestão e na promoção da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento socioambiental, promovendo programas de capacitação e treinamento e programas de educação ambiental destinados à capacitação dos trabalhadores Art. 3º (V) da Lei 9.795/1999 (BRASIL, 2017).

Cabe destacar ainda, como base no artigo 4º da Política Nacional de Educação Ambiental, bem como do Decreto no 4.281/2002, que a Política Nacional de Educação Ambiental deve ser executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

Especificamente em relação ao “Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social para o Porto de Porto Alegre”, alinhamos todas as diretrizes com base nas normativas de referência (Lei no 9.795/1999), observando as orientações da Nota Técnica nº 39/2011, da Coordenação Geral de Transportes, Mineração e Obras Civas – CGTMO e Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias-COPAH-DILIC/IBAMA, nas orientações para elaboração dos programas de educação ambiental, exigidos enquanto condicionante de licenças ambientais emitidas por estas Coordenações.

Consideramos ainda a Instrução Normativa Ibama nº 02/2012, bem como as Notas Técnicas nº 6/2017/COMAR/CGMAC/DILIC, nº 2/2018/COMAR/CGMAC/DILIC e o Livro Guia de elaboração do Programa de Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental Federal. Já o Programa de Comunicação Social deve ser elaborado conforme diretrizes da Nota Técnica nº 13/2012-COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA, que trata das orientações para elaboração de Programa de Comunicação Social (PCS) executado no âmbito do licenciamento ambiental.

Também nos atentamos para as NR 29 e NR 30 (ANTAQ), detalhadas abaixo:

- A Norma Regulamentadora NR-29 se aplica aos trabalhadores portuários em operações a bordo e em terra, assim como aos demais trabalhadores que exerçam suas atividades nos portos organizados, instalações portuárias de uso privativo ou instalações retroportuárias situadas dentro ou fora da área do porto organizado. Propõe atenção especial com o manuseio, transporte e armazenagem de produtos perigosos, e contém linhas de atuação conjunta e organizada em situações de incêndio ou explosão;
- A Norma Regulamentadora NR-30 tem como objetivo a proteção e a regulamentação das condições de segurança e saúde dos trabalhadores aquaviários. Se aplica aos trabalhadores das embarcações comerciais de bandeira nacional ou estrangeiras no limite do disposto na Convenção da OIT n.º 147 (Normas Mínimas para Marinha Mercante), utilizadas no transporte de mercadorias ou de passageiros, inclusive daquelas embarcações utilizadas na prestação de serviços.

Algumas portarias dispõem sobre aspectos da dinâmica portuária, citadas abaixo.

- A Portaria MMA no 424/2011 dispõe sobre procedimentos específicos a serem aplicados pelo IBAMA na regularização ambiental de portos e terminais portuários, bem como os outorgados às companhias docas, previstos no art. 24-A da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003.
- A Portaria n.º 414, de 30 de dezembro de 2009/SEP estabelece as diretrizes, os objetivos gerais e os procedimentos mínimos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário – PDZ. Segundo essa portaria, os levantamentos e estudos sobre a estrutura do porto para a elaboração do PDZ deverão contemplar a situação ambiental dos portos, incluindo a gestão ambiental e o licenciamento ambiental.
- A Portaria n.º 3.114/78/MTE cujo objetivo é a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, tornando compatível o trabalho com a preservação da saúde do trabalhador.

A relação porto-cidade é um dos pontos cruciais do planejamento portuário, devido aos conflitos normalmente inerentes ao trânsito de cargas em locais densamente povoados. É de incumbência das empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando a melhoria e o controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente; o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.

Assim, a proposta de construir práticas de educação ambiental para o Porto de Porto Alegre, está apoiada nos aspectos legais e ancorada na utilização de metodologias para a construção de uma Educação Ambiental voltada à inclusão e comunicação social e à valorização

dos recursos naturais. Isso significa inserir na área do porto uma série de dispositivos de atendimento às conformidades ambientais, além de estruturas de apoio a esse atendimento.

3.1. Política do Sistema de Gestão Ambiental

A "Política do Sistema de Gestão Ambiental" da Portos RS - Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S.A. foi aprovada em 30 de junho de 2022. Tem o objetivo de estabelecer diretrizes para a implementação de ações que promovam o desenvolvimento sustentável das atividades portuárias. Esta política busca melhorar o desempenho ambiental, minimizar impactos e promover a conformidade com regulamentos ambientais. Estabelece outros objetivos como implementar ações para o desenvolvimento sustentável das atividades portuárias, promovendo a gestão responsável dos recursos e a minimização de impactos ambientais; Gerenciar processos de Gestão Ambiental Integrada, promover a conformidade com a legislação, implementar programas de gestão ambiental, e estabelecer colaborações com órgãos ambientais e a comunidade. Dentre os princípios e diretrizes estão previstos:

- Divulgar a Política Ambiental
- Implementar o SGA
- Melhoria contínua
- Conformidade com a Licença Ambiental
- Adesão de boas práticas portuárias
- Conselho de Gestão Ambiental como instrumento
- Proteger comunidades do entorno
- Definir metas de desempenho ambiental
- Desenvolvimento Pessoal e Profissional
- Estimular a inovação
- Combater as mudanças climáticas
- Racionalizar os recursos naturais
- Incorporar os ODSs como indicador
- Monitorar e fiscalizar operadores e terminais
- Articulação Intersetorial

3.2. Licença ambiental com base ecossistêmica

A licença ambiental de base ecossistêmica: No que diz respeito a esse plano em específico podemos inferir que a licença está estrutura em (a) preservação e **Preservação e Conservação**

Ambiental elencando Medidas preventivas e mitigadoras são obrigatórias para manter a integridade do solo, impermeabilizar pisos em áreas produtivas, evitar contaminação das águas por embarcações e o despejo de produtos nas águas durante o carregamento/descarregamento;

(b) **Autorização para Captura e Manejo da Fauna: e a necessidade de especificação de** tipos de coleta, locais, responsáveis técnicos e elaboração de relatórios detalhados relatórios detalhados.

(c) Responsabilidades da **Supervisão Ambiental com a previsão de** Monitoramento contínuo dos impactos no solo, recursos hídricos, fauna e flora. Comunicação de irregularidades ao órgão ambiental.

(d) **Planos e Programas Ambientais de** programas de monitoramento, de gestão, integrados planos setoriais, estrutura que permite a síntese integrada de base ecossistêmica, com a indicação de ações de medidas de curto, médio e longo prazo acompanhadas de seu status de atendimento;

(f) **Manutenções e Obras Emergenciais:** indicando a obrigatoriedade de autorização para obras emergenciais desde que necessárias e sujeitas à avaliação prévia da FEPAM (órgão ambiental estadual).

(g) **Sistemas de Esgoto Sanitário, Efluentes Líquidos elencando as** Restrições ao descarte sem tratamento de efluentes líquidos e orientações sobre esgoto sanitário e controle de resíduos sólidos.

(h) **Controle de Vetores, Óleos Lubrificantes e Combustíveis apontando as** medidas para evitar a proliferação de vetores, prevenção de vazamentos de óleo, entre outros.

(i) **Dragagem e Riscos Ambientais estabelecendo** Regras para a realização de dragagem, restrições temporais e locais necessidade e Plano de Emergência, prevenção de incêndios, análise de risco, comunicação imediata à FEPAM em caso de incidentes.

4. Educação Ambiental e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Quintas (2008) nos elucida que foi no contexto da crise ambiental que surgem as conferências internacionais. Os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se juntam na tentativa de negociar uma agenda de compromissos que tratasse dos chamados problemas ambientais globais de modo articulado. Com este intuito, duas convenções internacionais principais são assinadas: a de Mudanças Climáticas e a da Proteção da Biodiversidade durante a Rio-92. Ainda nesse processo surge a proposta de um Desenvolvimento Sustentável no qual se pudesse compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental – “aquele que atendessem às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991:46).

Dessa forma, o aumento de interesse e preocupação com o ambiente se intensifica do meio para o fim do século passado, reforçado pelos avanços no conhecimento científico sobre a dinâmica ecossistêmica, a ocorrência de acidentes ambientais, a crise energética e a conquista de espaços políticos pelo movimento ambientalista. Isso faz com que diferentes instâncias, governamentais e da sociedade civil, motivadas pela ONU discutissem a definição de novas metas de desenvolvimento social, considerando a educação ambiental como um dos seus meios principais, assim definidas nas ODS.

A sigla ODS refere-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que fazem parte da Agenda 2030 da ONU, que trata de um pacto global assinado durante a Cúpula das Nações Unidas em 2015 pelos 193 países membros. A agenda é composta por 17 objetivos interconectados, desdobrados em 169 metas, com foco no enfrentamento e superação dos principais desafios de desenvolvimento no mundo, bem no Brasil, promovendo uma agenda de crescimento sustentável global até 2030. Abaixo (quadro 1) apresentamos os ODSs mais relacionados com o nosso Programa.

Quadro 1: ODSs relacionados ao Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social

	ODS 1 – Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
	ODS 2 – Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

	<p>ODS 3 – Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.</p>
	<p>ODS 4 – Qualidade de educação: garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p>
	<p>ODS 5 – Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.</p>
	<p>ODS 6 – Água potável e saneamento: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.</p>
	<p>ODS 7 – Energia limpa e acessível: garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.</p>
	<p>ODS 8 v Trabalho de decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.</p>
	<p>ODS 9 – Inovação infraestrutura: construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.</p>
	<p>ODS 10 – Redução das desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.</p>

	<p>ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.</p>
	<p>ODS 12 – Consumo e produção responsáveis: garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.</p>
	<p>ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.</p>
	<p>ODS 14 – Vida na água: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.</p>
	<p>ODS 15 – Vida terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.</p>
	<p>ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>
	<p>ODS – Parcerias e meios de implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</p>

A Agenda 21 cita a Educação Ambiental como o processo que busca. (...) desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos (...) (Capítulo 36 da Agenda 21).

5. Educação Ambiental e a Abordagem da Gestão com Base Ecosistêmica

A Gestão com Base Ecosistêmica (GBE) corresponde a gestão das atividades humanas, no sentido da manutenção e uso sustentável dos serviços ecosistêmicos fornecidos pelos sistemas ambientais (AGARDY et al., 2011). A GBE sugere uma abordagem integrativa (componentes biofísicos, sociais, econômicos e políticos), espacial e sistêmica para poder avaliar a capacidade de fornecimento de serviços ecosistêmicos com fins de subsidiar uma tomada de decisão que consiga equilibrar os benefícios dos serviços ecosistêmicos com sua utilização sustentável (SCHERER; ASMUS, 2016). Atualmente, há uma tendência global de que a gestão ambiental se direcione para uma gestão com base nos ecossistêmicas, na busca de uma gestão que seja mais integrada e sustentável.

Os serviços ecosistêmicos são definidos como os benefícios que os seres humanos obtêm derivados das funções ecosistêmicas (MEA, 2005; GROOT; WILSON; BOUMANS, 2002; COSTANZA et al., 1997). Assim, na abordagem ecosistêmica, entende-se que as funções ecológicas são capazes de gerar benefícios aos setores econômicos ou sociais. Por meio dessa lógica é possível relacionar os benefícios, os grupos sociais beneficiados diretamente ou indiretamente pelos serviços/benefícios ecosistêmicos e a demanda por esses serviços. Decorre que a utilização dessa abordagem pode facilitar o processo de gestão e consequente alcance de um ambiente mais sustentável.

No âmbito educação ambiental, entendemos que a abordagem ecosistêmica é uma forma didática de comunicar a ligação entre a qualidade de vida dos seres humanos e a qualidade dos ecossistemas. Neste sentido, a concepção dos Serviços Ecosistêmicos é adequada para embasar ações de educação ambiental. Sua linguagem é compreensível e permite que se faça relações sobre os problemas socioambientais decorrentes da degradação dos ecossistemas e reflita sobre soluções.

6. Nossa visão sobre Educação Ambiental

A educação ambiental é um processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999)

Na educação ambiental, para além do conhecimento do cenário global, é importante abordar os problemas específicos de cada grupo social, principalmente quando se tem por finalidade básica a gestão ambiental. Cada grupo possui peculiaridades ligadas à situação particular de seus ambientes, ao modo como interagem e à percepção qualitativa dos problemas.

A educação ambiental também está relacionada com a depredação do patrimônio público. Assim é necessário considerar fatores que mobilizam trabalhadores a depredarem o patrimônio considerando o comportamento ético e a responsabilidade ambiental e social.

A educação ambiental envolve questões específicas sobre a saúde e segurança do trabalhador, mobilizando esforços para que o trabalhador tenha acesso às informações referentes aos cuidados que devem ser tomados durante o desenvolvimento de suas atividades.

A educação ambiental e a abordagem dos serviços ecossistêmicos são concepções que, quando combinadas, promovem um aumento de reflexão crítica sobre as ações dos seres humanos no ambiente.

7. Objetivos do Plano de Educação Ambiental e Comunicação Social do Porto de Porto Alegre

7.1. Objetivo Geral

Promover um processo *contínuo e integral* de educação ambiental como elemento impulsionador da participação social, com novas práticas, técnicas e métodos integrados, como componentes de um programa de gestão ambiental para o Porto de Porto Alegre, envolvendo as questões socioambientais e comunicação relacionadas à operação portuária, tendo em vista os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, bem como Índice de Desempenho Ambiental de portos.

7.2. Objetivos específicos

- Destacar a importância cultural e ambiental das áreas adjacentes ao Porto de Porto Alegre;
- Refletir sobre a importância do Porto para a cidade de Porto Alegre;
- Ressaltar a importância da prevenção da poluição das águas, com foco no Lago Guaíba, enquanto importante fonte de abastecimento de água para a cidade;
- Proporcionar aos trabalhadores um ambiente de interação e melhoria da saúde física e mental;
- Incentivar a troca de experiências entre a equipe do PGA-POA, trabalhadores do porto e comunidade do entorno contribuindo com novas descobertas e garantindo a democratização das informações ambientais;
- Potencializar o cumprimento de procedimentos importantes para a boa gestão ambiental do Porto.
- Avançar na melhoria de procedimentos relacionados à qualidade ambiental do ambiente portuário;
- Promover a prevenção riscos à saúde dos trabalhadores;
- Estimular o pensamento crítico sobre os impactos ambientais e conflitos socioambientais relacionados à atividade portuária;
- Fortalecer a relação Porto-Cidade abrangendo assuntos culturais e ambientais e socioambientais locais;
- Incentivar à participação individual e coletiva.

8. Diretrizes Metodológicas

As ações foram pensadas conforme a concepção da Aprendizagem Dialógica, na qual o ensino é baseado no diálogo. O conceito de Aprendizagem Dialógica foi concebido com base nas teorias de Habermas (Teoria da Ação Comunicativa) e de Freire (Teoria da Educação Dialógica) (BRAGA; GABASSA e MELLO, 2010). Para ambos, o professor e o aluno assumem uma postura aberta ao diálogo buscando humanizar o processo educativo. O intuito não é transmitir, mas conectar conhecimentos com foco em promover a ação transformadora da realidade, o pensamento crítico e emancipatório.

A educação fundamentada na aprendizagem dialógica, adapta-se à realidade de cada grupo social, e adequa as estratégias conforme especificidades coletivas e individuais. Assim, a aprendizagem dialógica vai ao encontro do método ação-reflexão-ação, desenvolvendo um processo contínuo de avaliação e reavaliação das intervenções realizadas pelo Programa. A metodologia de ação-reflexão-ação também embasa as atividades do Programa de Educação Ambiental do Porto de Rio Grande (Porto que também está sob a administração da Empresa Pública Portos RS).

Princípios da aprendizagem dialógica e que norteiam o desenvolvimento das ações (SOUZA, 2018):

- ✓ *Diálogo igualitário*: respeitar todas as falas igualmente;
- ✓ *Inteligência cultural*: consideração tanto as experiências como os conhecimentos dos indivíduos;
- ✓ *Transformação*: ter em conta que a educação é um agente transformador da realidade;
- ✓ *Dimensão instrumental*: proporcionar a todos a habilidade e conhecimentos necessários sem segregação;
- ✓ *Criação de sentido*: conectar o conteúdo com o contexto de vida do aluno(a);
- ✓ *Solidariedade*: espaços de aprendizagem aberto a todas as pessoas;
- ✓ *Igualdade de diferenças*: respeito as diferenças culturais entendendo que essas diferenças, num mesmo espaço de aprendizagem, potencializam o conhecimento.

As ações são embasadas em ciclos de diálogos, campanhas educativas, parcerias com lideranças comunitárias, criação de grupos de discussão, elaboração de material didático em linguagem acessível a todos os trabalhadores(as), bem como a tradução de documentos técnicos para leigos. As ações são destinadas a dois públicos distintos: a) comunidade intra-portuária, formada pelos trabalhadores(as) e colaboradores(as) do Porto de Porto Alegre e; b) comunidade do entorno.

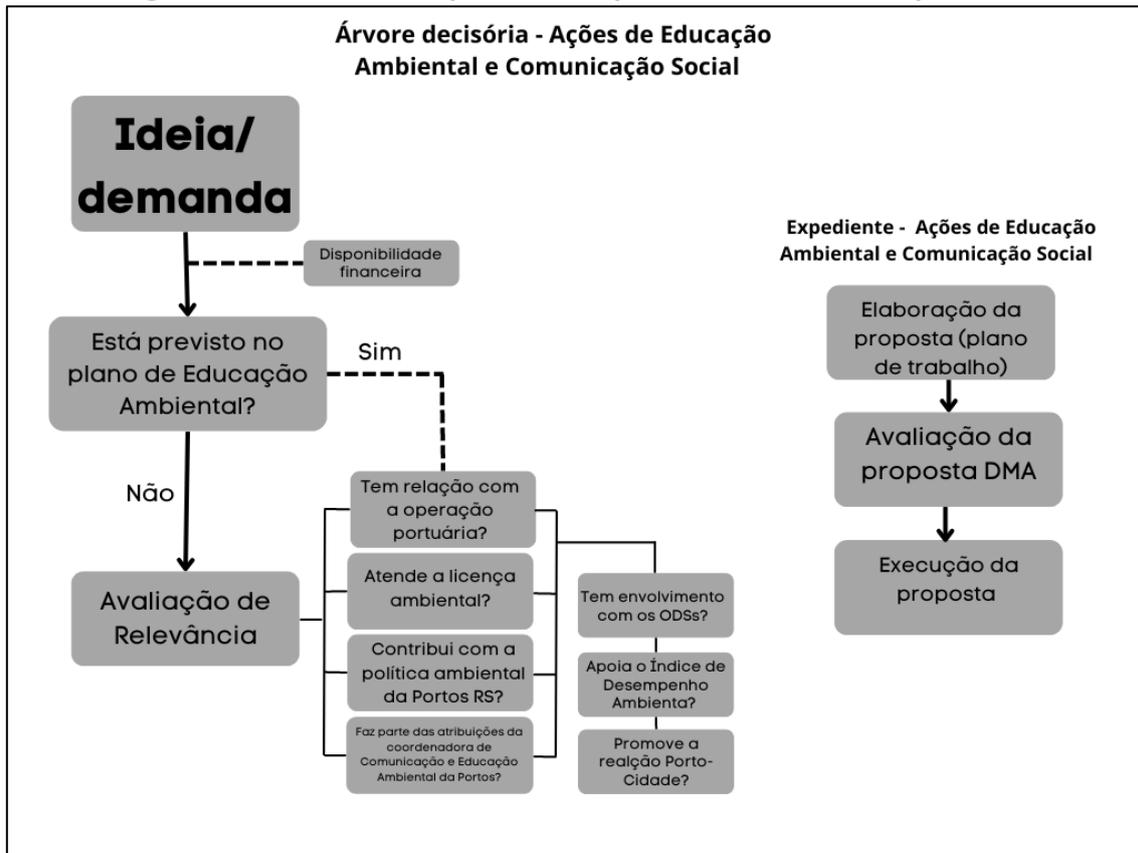
8.1. Relação porto-cidade

Os portos representam ambientes únicos, desconhecidos para quem não está familiarizado. Assim, é imprescindível comunicar a importância socioeconômica desse setor e abordar os conflitos ligados à atividade portuária, visando um desenvolvimento harmônico que valorize aspectos sociais, ambientais e culturais.

O Porto de Porto Alegre tem uma história intrínseca à cidade, mas a separação geográfica e infraestrutural tende a afastá-lo do seu próprio centro urbano. É necessário reaproximar essas entidades, valorizando o patrimônio histórico e cultural portuário para fortalecer a ligação entre o porto e a cidade. Essa integração mais eficaz entre o porto e a cidade favorece uma gestão mais eficiente dos recursos e do espaço. Um diálogo transparente e a colaboração entre autoridades portuárias, governo local e comunidades são fundamentais para equilibrar interesses e promover um desenvolvimento conjunto e sustentável.

Além disso, o Lago Guaíba é vital para o abastecimento de água da cidade. Destacar sua preservação é essencial para conscientizar sobre a importância ambiental, promovendo a proteção não apenas do lago, mas de todo o ecossistema ao seu redor. Isso fortalece a ligação entre cidadãos e seu ambiente, incentivando práticas sustentáveis para uma melhor qualidade de vida.

Figura 1: Árvore decisória - ações de Educação Ambiental e Comunicação Social

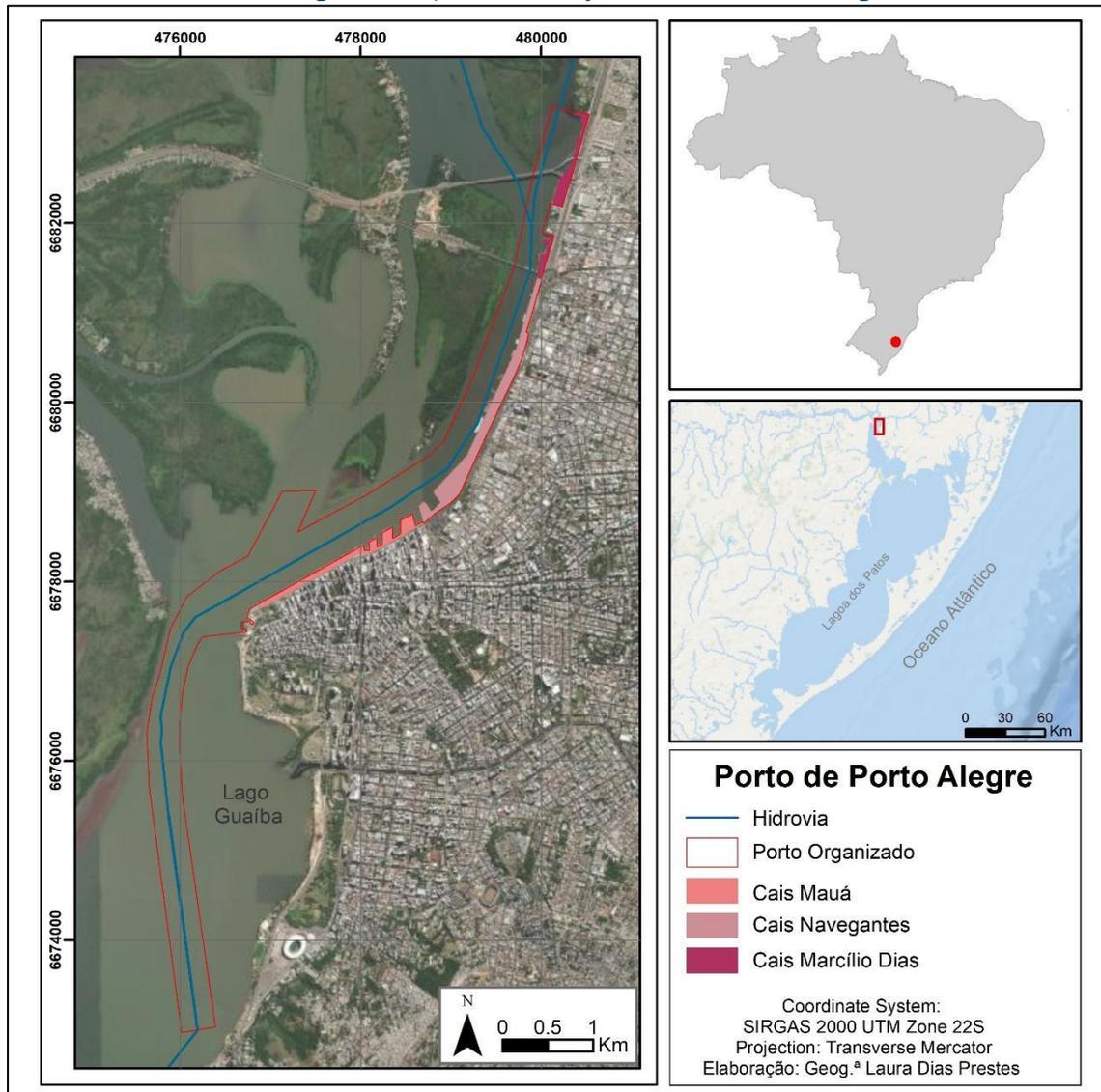


9. Caracterização do Porto de Porto Alegre e área do entorno

O Porto está localizado no município de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, às margens do Lago Guaíba (figura 1). O Porto ocupa uma área de aproximadamente 450 mil m², dividido em dois cais: Cais Navegantes – área onde concentra-se as operações portuárias e; Cais Marcílio Dias – áreas ocupadas por clubes de regatas, Comando Ambiental da Brigada Militar, Capitania Fluvial de Porto Alegre e outros empreendimentos privados. Desde 2020 o Cais Mauá, que fazia parte da área do Porto Organizado, foi cedido ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul para empreendimentos de lazer e com estruturas tombadas como patrimônio histórico nacional e municipal.

O Porto conecta-se por meio de hidrovia, sentido norte e oeste, com os Rios Jacuí, Taquari, Sinos, Caí e Gravataí e, sentido sul, com a Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim. Esta região compreende o Delta do Jacuí, abrangendo mais quatro municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Canoas, Nova Santa Rita, Triunfo, Eldorado do Sul). O Delta do Jacuí é uma extensa região formada por mosaicos de ilhas, canais e ecótono dos biomas pampa e mata atlântica, sendo uma importante área para a conservação da biodiversidade regional. As ilhas e canais são protegidos por duas unidades de conservação, uma de uso sustentável – Área de Proteção Ambiental Estadual do Delta do Jacuí – e outra de proteção integral – Parque Estadual do Delta do Jacuí. Os canais são navegáveis e constituem uma rede de hidrovias que liga várias regiões econômicas do Estado do Rio Grande do Sul. As ilhas são ocupadas por populações com diferentes níveis de renda, incluindo colônias de pescadores tradicionais.

Figura 2: Mapa de localização do Porto de Porto Alegre



Fonte: Laura Dias Prestes

10. Público-alvo

Conforme a legislação orienta, o público alvo do programa de educação ambiental e comunicação social deve possuir uma linha de ação norteada para os trabalhadores(as) do porto e outra direcionada para a comunidade do entorno. Os trabalhadores(as) do porto envolvem não só aqueles que têm vínculo direto com a empresa administradora, mas sim todos os colaboradores(as) e terceirizados(as). Chamaremos esse público-alvo de comunidade intra-portuária. Abaixo descrevemos ambos os públicos-alvo.

10.1. Comunidade intra-portuária do Porto de Porto Alegre

A comunidade intra-portuária do Porto de Porto Alegre é formada por funcionários(as) da Portos RS, colaboradores(as) e terceirizados(as) (figura 2). Em decorrência da recente mudança administrativa, e por consequência, da mudança na estrutura organizacional, os números de trabalhadores(as) apresentados aqui são aproximados e ainda podem sofrer mudanças no decorrer de 2022.

- Empresa Pública Portos RS (20 trabalhadores(as)):
 - Administrativo;
 - Conferentes;
 - Fiéis depositários;
 - Sala de notas;
 - Controle de acesso;
 - Manutenção;
 - Guarda Portuário;
 - Fiscais;
 - Embarcados;
- Vigilantes (Empresa Bankfort – 64 trabalhadores(as));
- Equipe de limpeza e higienização (Empresa Liderança – 7 trabalhadores(as));
- Empresas operadoras portuárias (5 empresas):
 - Técnicos de segurança do trabalho e meio ambiente;
 - Prepostos;
 - Demais trabalhadores;
- Empresas agentes portuários;
- Empresas importadoras/exportadoras;
- Trabalho Portuário Avulso (Órgão Gestor de Mão de Obra do Porto de Alegre (OGMO - 150 trabalhadores(as) cadastrados):
 - Fiscais de mão de obra;

- Técnico de segurança do trabalho;
- Capatazia;
- Estivadores;
- Conferentes;
- Caminhoneiros (diversas empresas – entre 20 a 50 por operação).

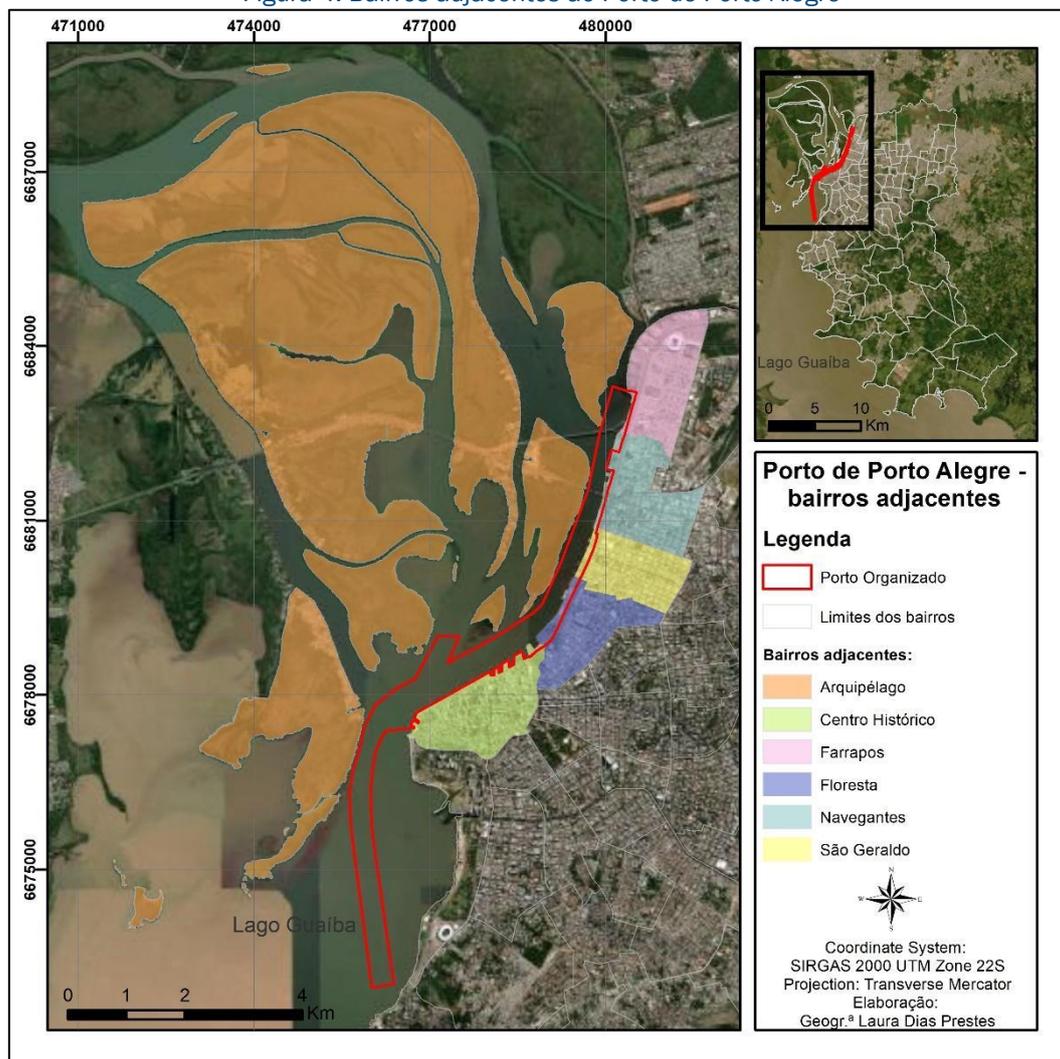
Figura 3: Comunidade intra-portuária do Porto de Porto Alegre



10.2. Comunidade do entorno

Não existe uma demarcação definitiva da comunidade do entorno que será público-alvo das ações de educação ambiental e comunicação social. Em diferentes situações, e de acordo com o andamento das ações do Programa, é possível que exista itinerância na participação e descoberta de novas demandas em diferentes espaços. Preliminarmente, e para dar início às atividades, elegemos os bairros adjacentes à área do Porto organizado: Arquipélago, Navegantes, São Geraldo, Centro Histórico, Farrapos e Floresta (figura 3).

Figura 4: Bairros adjacentes ao Porto de Porto Alegre



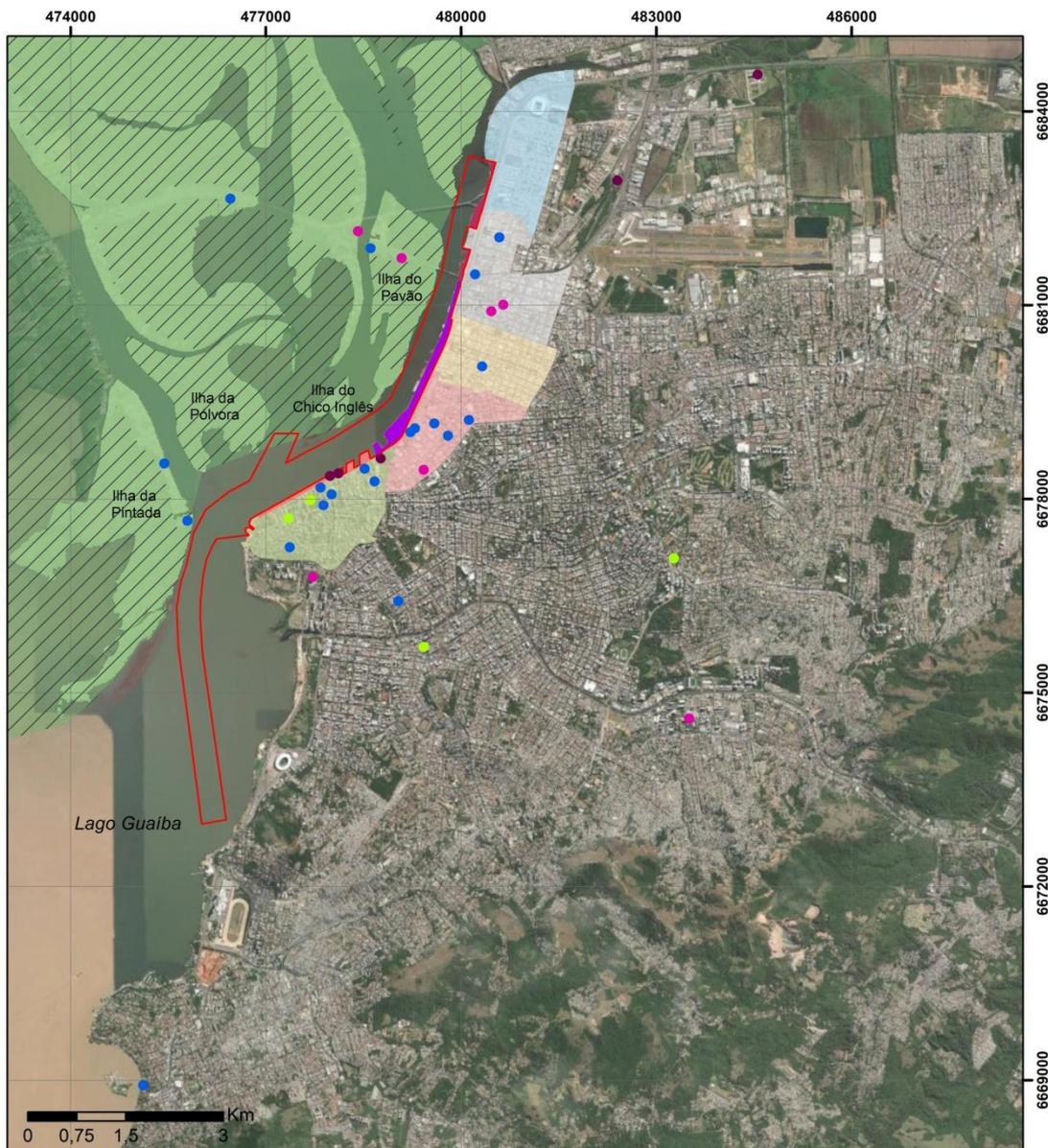
Fonte: Laura Dias Prestes

Posterior à escolha dos bairros, devido à grande extensão do bairro Arquipélago e quantidade de ilhas, optamos por incluir as ilhas mais próximas ao Porto: Ilha da Pintada, Ilha da Pólvora, Ilha do Chico Inglês e Ilha do Pavão. Dentro das Ilhas da Pintada e do Pavão, conforme informações compiladas nos Planos de Manejo do Parque e da APA do Delta do Jacuí, existem núcleos de ocupações humanas com as seguintes características:

- Ilha da Pintada: Predominam áreas de ocupação humana mais ordenada com unidades habitacionais adequadas para moradia. Configura-se como um núcleo de ocupação humana consolidado, com distribuição homogênea. Nessa ilha é onde residem a maioria dos pescadores artesanais (como é o caso dos pescadores tradicionais da Colônia Z-5).

- Ilha do Pavão: Predomina uma ocupação desordenada com domicílios inadequados para moradia, caracterizando-se em todos os critérios como um aglomerado subnormal. Na Ilha do Pavão os habitantes têm sua renda associada à atividade de catação de resíduos.

Figura 5: Mapa Comunidade do entorno do Porto de Porto Alegre



Mapa Porto de Porto Alegre e comunidade do entorno



Fonte: Laura Dias Prestes

Na sequência, selecionamos o que chamamos de componentes ambientais e componentes culturais adjacentes. Os componentes ambientais são a APA do Delta do Jacuí e

Parque do Delta do Jacuí, representados pelos conselhos gestores, moradores da APA e usuários turísticos. Os componentes culturais são: o patrimônio histórico do Cais Mauá, a Usina do Gasômetro e demais pontos turísticos adjacentes, representados pelos usuários dessas estruturas.

Por fim mapeamos as instituições que podem ser possíveis parceiras das ações do Programa. As instituições foram divididas em Entidades da Sociedade Civil (ONGs, associações, etc.), Instituições de Educação, Empresas e outras atividades comerciais e Órgãos Públicos. Foram selecionadas apenas aquelas que estão localizadas nos bairros Navegantes, São Geraldo, Centro Histórico, Farrapos e Floresta (figura 4). No quadro 2 relacionamos essas instituições.

Quadro 2: Possíveis instituições parceiras do Programa

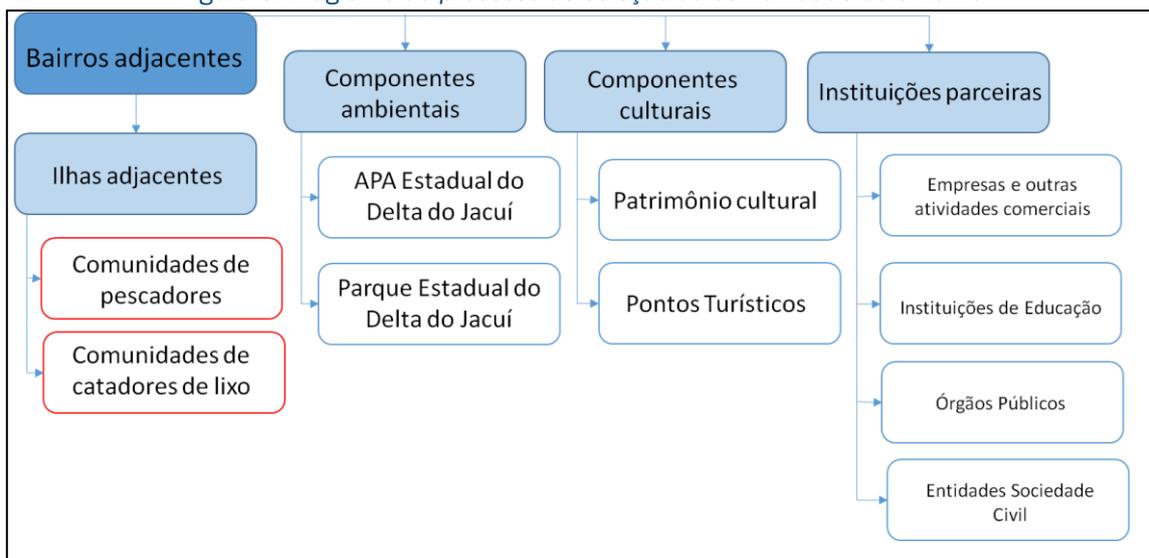
Tipologia	Nome da instituição
Entidades da Sociedade Civil	AAAPIP Assoc Vitoria Ilha do Pavão Assoc. amigos quarto distrito Assoc. Anjos da Ecologia Assoc. Bra. de Eng Sanitária e Ambiental Assoc. Comunitária Moradores Ilha das Flores Assoc. Empres. Mercado Publico Assoc. Moradores Ilha Mauá Associação Catadores POA Associação Comunitária de mulheres na Luta Associação do Voluntariado e da Solidariedade (AVESOL) Associação Intercomunitária de Atendimento Social (AICAS) Clube Jangadeiros Comitê Lago Guaíba Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiaraju – CEAR. Cooperativa Mãos Unidas Santa Teresinha Fundação Leonística de Assistência Social LD-3 (FLAS) GNU Moradia e Cidadania ONG Amigos da Terra ONG Toda Vida Unidade de Triagem Reciclando pela Vida Vila Flores
Instituições de Educação	ABRASCE Ilha do Pavão Biblioteca comunitária do Arquipelago Colégio Estadual Cândido José de Godói Colégio Estadual Marechal Floriano Peixoto Escola Estadual de Ensino Normal 1º de Maio PUCRS Secr. Est. Educação Secr. Mun. Educação
Empresas e outras atividades comerciais	Cisne Branco FECOMERCIO Operador CATAMARÃ TRENSURB

	VEPPO
Órgãos Públicos	Departamento Municipal de Limpeza Urbana Secretaria Municipal Cultura Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre

Fonte: Andrea Loguercio

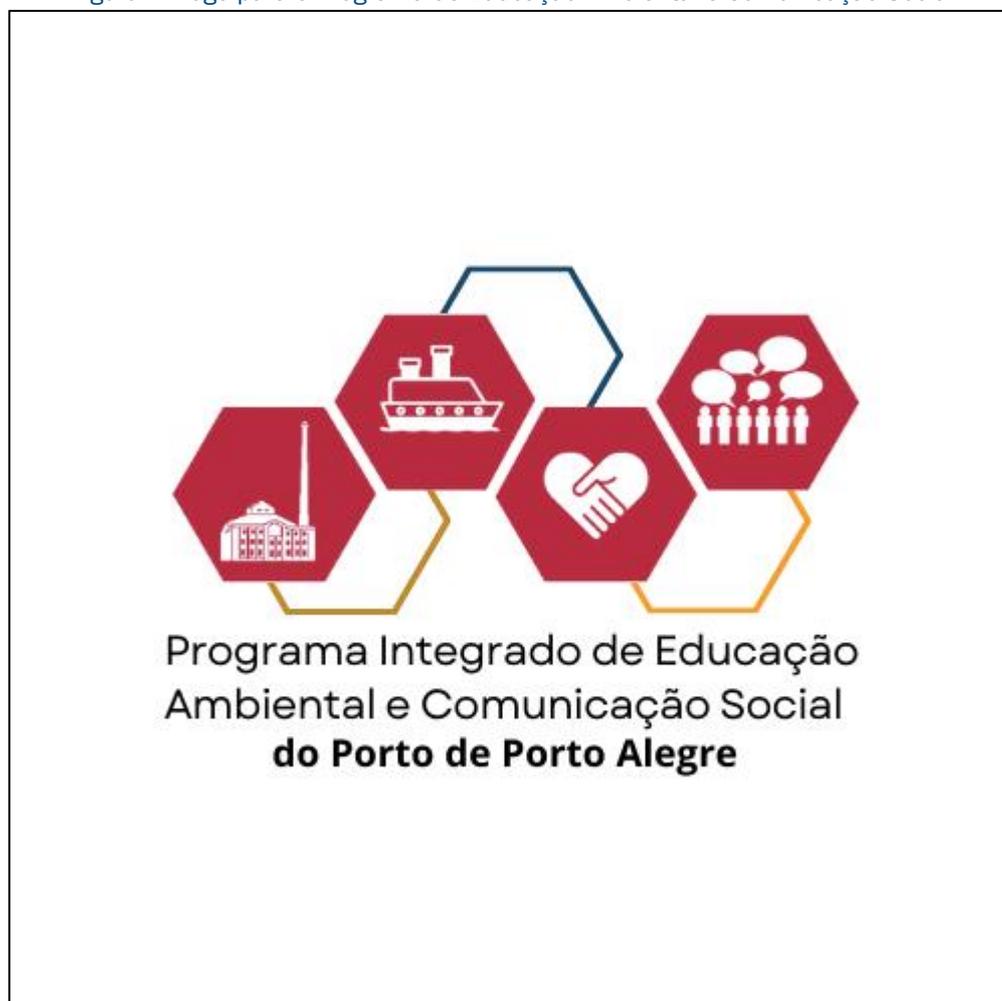
No diagrama abaixo (figura 5) apresentamos o processo de eleição da comunidade do entorno que será público-alvo das ações de educação ambiental e comunicação social do Porto. Destacamos as comunidades de pescadores da Ilha da Pintada e comunidades de catadores de resíduos na Ilha do Pavão como comunidades em situação de vulnerabilidade social e que devem ser foco das ações do Programa, conforme orienta a legislação.

Figura 6: Diagrama do processo de seleção da comunidade do entorno



11. Proposta de identidade visual do Programa

Figura 7: Logo para o Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social



12. Macro ações do Programa Integrado de Educação Ambiental e Comunicação Social

12.1. Âmbito da Educação Ambiental

12.1.1. Ciclo de Diálogos Comunidade intra-portuária

Os ciclos de diálogos com a comunidade intra-portuária é um conjunto de medidas que busca não apenas a conscientização e segurança dos trabalhadores, mas também o alinhamento das práticas do porto com o respeito ao ambiente e à comunidade local, criando um ambiente de trabalho mais responsável e sustentável. O foco principal é estimular o pensamento crítico sobre os impactos ambientais da atividade portuária e os conflitos socioambientais associados. Isso inclui sensibilizar os trabalhadores sobre o manejo adequado dos resíduos, alinhando-se ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do Porto de Porto Alegre. Além disso, serão tratadas temas que visem assegurar a segurança e a saúde dos colaboradores portuários, e fornecer informações sobre a fauna local aos colaboradores do porto. Ao mesmo tempo, é importante promover a valorização da infraestrutura e do patrimônio do porto público.

12.1.2. Ciclo de Diálogos Comunidade do Entorno

Esse conjunto de ações visa promover a valorização do patrimônio histórico e cultural do Porto de Porto Alegre, utilizando as características paisagísticas do Cais Mauá e Cais Navegantes para enfatizar a interligação entre o porto e a cidade. Além disso, é importante compreender e discutir os impactos ambientais e conflitos socioambientais causados pela atividade portuária, estimulando o pensamento crítico sobre essas consequências para a população afetada. Introduzir a temática da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) visa aproximar a comunidade do entorno do Porto de Porto Alegre dessa nova agenda ambiental institucional da Portos RS, buscando engajar e alinhar esforços para um desenvolvimento mais sustentável.

12.1.3. Junho Verde

O Junho Verde consiste em ações realizadas no mês do meio ambiente como uma agenda institucional da Porto RS. Essa ação busca introduzir a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) no Porto de Porto Alegre buscando alinhar a comunidade intra-portuária à nova agenda ambiental da Portos RS. Isso envolve promover o uso consciente de energia e água e realçar a necessidade de prevenir a poluição das águas. Destacar a cidadania ambiental é essencial para ressaltar a importância da prevenção da poluição, especialmente no

Lago Guaíba, principal fonte de abastecimento de água para a cidade. Essas iniciativas visam envolver e conscientizar a comunidade portuária sobre práticas sustentáveis, resguardando o meio ambiente e preservando os recursos hídricos vitais para a região.

12.1.4. Saúde nos Portos

O projeto “Saúde nos Portos” surgiu a partir de um acordo entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Portos da Presidência da República (ACT 11-2011). O projeto é encabeçado pelo Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST SENAT). Não diferente dos outros portos do Brasil, o Porto de Porto Alegre também assumiu esse compromisso com os trabalhadores e no ano de 2023 organizou a segunda edição do “Saúde nos Portos” no Porto de Porto Alegre. Para o ano de 2024 está prevista uma nova articulação para o desenvolvimento dessa ação. De maneira geral, essa ação busca realizar ações que visam promover à saúde e segurança do trabalhador portuário, através de serviços de saúde bucal, fisioterapia, nutrição e psicologia. Agregando também atividades de segurança do trabalho e medidas de proteção e contra vetores causadores de doenças que eventualmente estão presentes no ambiente portuário.

12.2. Âmbito Comunicação Social

12.2.1. Redes sociais

Manutenção da página no *Instagram* do Porto de Porto Alegre para estabelecer um canal de comunicação tanto com a comunidade intra-portuária como com a comunidade externa do Porto de Porto Alegre. A página visa divulgar as ações desenvolvidas pelo Porto de Porto Alegre relativos à gestão ambiental, por meio de vídeos e imagens e em formato de cards com informações resumidas e de rápida compreensão. O objetivo é fortalecer a relação Porto-Cidade abrangendo assuntos culturais e ambientais e socioambientais locais. É importante manter uma regularidade de publicações para trazer o engajamento do público, dessa forma, uma pauta fixa de publicação será definida no início de cada mês com publicações semanais. Demais publicações serão realizadas conforme demanda.

12.2.2. Boletim Informativo do Porto de Porto Alegre

Elaboração de um Boletim Informativo do Programa de Gestão Ambiental do Porto de Porto Alegre. O Boletim Informativo reúne informações para comunicar a comunidade intra-portuária e a comunidade externa do Porto de Porto Alegre sobre ações do PGA-POA, assuntos relevantes da administração local do Porto e da Portos RS, normas e procedimentos, questões sobre o meio

ambiente e patrimônio cultural, eventos/agendas culturais e ambientais locais. O Boletim é elaborado a cada 2 meses e é divulgado via site <https://www.portosrs.com.br>, redes sociais do Porto de Porto Alegre e via e-mail para os trabalhadores do Porto.

12.2.3. Cartilha Ambiental do Guaíba

Essa ação tem por objetivo elaborar uma Cartilha Ambiental do Guaíba para ser distribuída nas escolas públicas de Porto Alegre para orientar práticas sustentáveis, falar sobre a importância do Lago Guaíba e problemas socioambientais relacionados. Destacar a importância do Lago Guaíba como fonte de abastecimento de água para a cidade promove a conscientização ambiental na população, estimulando a proteção do lago e seu ecossistema. Isso contribui para preservar a biodiversidade local, conservar os recursos naturais e fortalecer o vínculo entre os habitantes e o meio ambiente.

12.2.4. Vídeo - Porto de Porto de Porto Alegre e importância histórica

Os vídeos de curta-metragem são ferramentas usualmente utilizadas por instituições para fortalecer a relação com a comunidade. O vídeo será elaborado justamente com esse objetivo, mas também com o objetivo de reconhecer a importância cultural e ambiental das áreas adjacentes ao Porto de Porto Alegre. Dessa forma, abordaremos a valorização e o reconhecimento da importância do Porto para a cidade de Porto Alegre no que compete ao ambiente natural e histórico cultural adjacente. O vídeo terá duração de 4 a 5 min e será divulgado nas redes sociais do Porto de Porto Alegre e no site da Portos RS.

12.2.5. Manual de boas práticas

A linguagem técnica, em muitas situações, é pouco compreensível (e acessível) para boa parte dos trabalhadores que atuam na ponta dos processos e que, efetivamente, realizam o procedimento. Elaborar materiais mais didáticos para os trabalhadores pode potencializar o cumprimento de procedimentos importantes para a boa gestão ambiental. Assim, essa ação visa traduzir para a comunidade intra-portuária normas e procedimentos utilizando uma linguagem e meios de divulgação acessível.

12.3. Ações pontuais

12.3.1. Dia mundial da água

Essa ação consiste em em sequência de eventos em comemoração ao Dia Mundial da água 22 de março. Promover a consciência ambiental é essencial ao enfatizar a prevenção da poluição das águas, especialmente no Lago Guaíba, principal fonte de água para a cidade. Destacar a importância de proteger esse recurso inspira ações que beneficiam não apenas o lago, mas todo o ecossistema ao seu redor, preservando a biodiversidade e os recursos naturais. Essa conscientização fortalece a ligação entre os cidadãos e o ambiente, encorajando práticas sustentáveis que melhoram a qualidade de vida de todos.

12.3.2. Campanhas de Saúde do trabalhador

Educar e sensibilizar sobre os cânceres de pele, mama e próstata, abordando suas causas, métodos preventivos, detecção precoce e tratamentos é importante para a saúde. O câncer de pele, responsável por 25% dos tumores malignos no Brasil, está associado à exposição solar excessiva, sendo alvo da campanha "Dezembro Laranja". No Porto de Porto Alegre, os trabalhadores enfrentam exposição solar diária, exigindo conscientização sobre a prevenção do câncer de pele. O "Outubro Rosa" destaca a conscientização sobre o câncer de mama, enfatizando a importância da educação, prevenção e detecção precoce para salvar vidas. Já o câncer de próstata, causa de 28,6% das mortes em homens com a doença avançada, frequentemente não apresenta sintomas na fase inicial, dificultando a cura. Campanhas no ambiente portuário são fundamentais devido à maioria masculina entre os trabalhadores, visando garantir acesso a tratamentos disponíveis pelo SUS, conforme a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC).

12.3.3. Ação Social

A ação irá organizar a coleta de cestas básicas e realizar a iniciativa "Adote uma Cartinha" direcionada às comunidades vulneráveis próximas ao Porto. Esse gesto contribui para o fortalecimento de comunidades, isto é, a solidariedade natalina promove empatia e consciência social, incentivando as pessoas a se preocuparem com o bem-estar dos outros. Isso ajuda a construir comunidades mais fortes, onde o apoio mútuo é valorizado e praticado.

12.3.4. Seminário - Cidades e Portos

Reunir acadêmicos, a comunidade do entorno e colaboradores portuários para promover discussões sobre a Gestão Ambiental do Porto, com foco na relevância dos serviços ecossistêmicos do Lago Guaíba para a sociedade porto-alegrense e no fortalecimento da relação entre o porto e a cidade. Aumentar a interação entre o porto e a cidade permite uma integração mais eficiente das atividades portuárias com a vida urbana, resultando em uma gestão mais otimizada dos recursos

e do espaço. Um diálogo transparente e colaborativo entre autoridades portuárias, governo local e comunidades é essencial para equilibrar os interesses do porto com as necessidades da cidade, impulsionando um desenvolvimento sustentável.

13. Monitoramento e Avaliação

A seguir apresenta-se o quadro de avaliação do programa. Cada macro ação recebeu um peso estabelecido de acordo com a quantidade de ações e temáticas abordadas em cada macro-ação. As macro-ações serão avaliadas conforme o público alcançado, cumprimento da meta proposta para a ano transversalidade efetiva com outros programas do PGA e estabelecimento de parcerias institucionais. Esses dados serão integralizados junto a avaliação qualitativa do programa a realizar-se no final de cada ano com equipe do programa, outros membros do PGA e Diretoria de Meio Ambiente da Portos RS.

Quadro 3: Monitoramento e Avaliação

	Peso	Macro-ação	
2024	1,8	Ciclo de Diálogos Comunidade intra-portuária	
	0,6	Junho verde	
	0,4	Saúde nos portos	
	1,2	Redes Sociais	
	1	Boletim Informativo	
	0,6	Ciclo de Diálogos Comunidade do Entorno	
	1	Seminário - Cidades e Portos	
	1	Cartilha Ambiental do Guaíba	
	0,2	Vídeo - Porto de Porto de Porto Alegre e importância histórica	
	0,2	Manual de boas práticas	
	0,4	Dia mundial da água	
	0,2	Ação Social	
		Avaliação qualitativa anual	
	1,4	Encontro formativo-dialogado de balanço das atividades do corrente ano, avaliando o sistema de acompanhamento, suas potencialidades, fragilidades e adaptações. Deve gerar um relatório-síntese do uso do instrumento anual de avaliação	
Total	10	Resultado	

Quadro 4: Indicadores

Indicadores	
Atendimento da meta	Cumprimento de todas as atividades previstas dentro do plano de trabalho proposto.
Público alcançado	Quantidade de pessoas que participaram das ações, iterações nas redes sociais, meios de divulgação.
Transversalidade efetiva	Ações desenvolvidas com efetiva parceria (apoio técnico e operacional) com os demais programas do PGA
Parcerias institucionais	Ações desenvolvidas em parcerias com outras instituições.

Referências

AGARDY, T.; DAVIS, J.; SHERWOOD, K. **Taking Steps toward Marine and Coastal Management: An Introductory Guide**. Naibori: UNEP, 2011.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ. **O Porto Verde: modelo ambiental portuário**. Brasília: ANTAQ, 2011. 110 p.

Bahia Mineração. **Elaboração do Plano Básico Ambiental do Porto Sul e dos estudos complementares necessários à solicitação da sua Licença de Implantação**. Bahia Mineração. 2014.

BRAGA, Fabiana Marini; GABASSA, Vanessa; MELLO, Roseli Rodrigues de. **Aprendizagem dialógica: ações e reflexões de uma prática educativa de êxito para todos(as)**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

BRASIL. Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências**.

BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. **Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências**.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**.

BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**.

CARDOZO, Natalie França, MARTINS, Viviane Lima. Educação Ambiental: uma abordagem transdisciplinar. **Intr@ciência Revista Científica**, Faculdade do Guarujá (FAGU). 2016, 20p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso Futuro Comum** (2ª Ed.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMISSÃO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. **Recomendação CONAMA nº 14, de 26 de abril de 2012. Recomenda a adoção da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação** - ENCEA. Brasília, DF, 2012.

COSTANZA, Robert; D'ARGE, Ralph; DE GROOT, Rudolf; FARBER, Stephen; GRASSO, Monica; HANNON, Bruce; LIMBURG, Karin; NAEEM, Shahid; O'NEILL, Robert V.; PARUELO, Jose; RASKIN, Robert G.; SUTTON, Paul; VAN DEN BELT, Marjan. The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature**, vol. 387, no. 6630, p. 253–260, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GROOT, R. S. DE; WILSON, M. A.; BOUMANS, R. M. J. **A typology for the classification, description and valuation of ecosystem functions, goods and services**. **Ecological Economics**. v. 41, p. 393–408, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e 115 racionalização social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. UFMG: Humanitas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSO NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Guia para elaboração dos programas de educação ambiental no licenciamento ambiental federal.** Brasília: Ibama, 2019. 50p.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSO NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. Instrução Normativa Nº2, de 27 de março de 2012. **Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental, apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.**

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSO NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. NOTA TÉCNICA no 13/2012 – COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA. **Orientações para elaboração de Programa de Comunicação Social (PCS) executado no âmbito do licenciamento ambiental.**

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSO NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. NOTA TÉCNICA no 39/2011 – COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA. Orientações para o estabelecimento do Programa de Educação Ambiental no âmbito do licenciamento ambiental. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. 2011.7P.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSO NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Orientações Pedagógicas do IBAMA para Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento De Petróleo e Gás Natural.** IBAMA, COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CGEAM. 18 p.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. **Diretrizes e Orientações Metodológicas para planejamento e implementação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais e Centro de Pesquisa e Conservação do ICMBio.** 2017. MMA, ICMBio. 46 p.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. **Estratégia de Monitoramento e Avaliação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais.** 2017. MMA, ICMBio. 30 p.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT - MEA. **Ecosystems and Human Wellbeing: Multiscale Assessments.** Washington, DC: Island, 2005. 155 p.

Ministério do Meio Ambiente - MMA. Portaria MMA N° 424, de 26 de outubro de 2011. **Dispõe sobre procedimentos específicos a serem aplicados pelo IBAMA na regularização ambiental de portos e terminais portuários, bem como os outorgados às companhias docas, previstos no art. 24-A da Lei n° 10.683, de 28 de maio de 2003.**

PORTOS RS. **Plano de Educação Ambiental do Porto do Rio Grande (2020-2021).** Diretoria de Qualidade Saúde, Meio Ambiente e Segurança. Diretor: Henrique Horn Ilha. Relatório Técnico. 38 p.

Quintas; J. S. A. **Dimensão Socioambiental na Gestão Ambiental Pública:** uma contribuição para repensar a Estrutura Regimental do IBAMA e do ICMBIO. BRASÍLIA 2008

RIO GRANDE DO SUL. Lei N° 14.983, de 16 de janeiro de 2017. **Dispõe sobre a extinção da Superintendência de Portos e Hidrovias - SPH.**

RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí.** Porto Alegre, Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, SEMA, 2017

RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Manejo da Parque Estadual Delta do Jacuí.** Porto Alegre, Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, SEMA, 2014.

ROOS, A.; BECKER E. L. S. Educação Ambiental e Sustentabilidade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental REGET/UFMS**, v. 5, n. 5, p. 857-866, 2012.

SCHERER, Marinez E.G.; ASMUS, Milton L. Ecosystem-Based Knowledge and Management as a tool for Integrated Coastal and Ocean Management: A Brazilian Initiative. **Journal of Coastal Research**, vol. 75, no. sp1, p. 690–694, 2016.

Secretaria Especial de Portos – SEP. Portaria nº 414, de 30 de dezembro de 2009. **Estabelece as diretrizes, os objetivos gerais e os procedimentos mínimos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário - PDZ.**

SOUZA, Natália Araújo. **O programa de capacitação dos servidores técnico administrativos em educação da Universidade Federal de Mato Grosso/Câmpus Rondonópolis: um estudo de caso na perspectiva da aprendizagem dialógica.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rondonópolis, 2018.

Terminal de Contêineres Paranaguá. **Estudo de Impacto Ambiental- EIA.** Ampliação do CAIS. Vol I, II III, e IV. 2010. 354 p.

UNESCO. “**Recomendación relativa al Desarrollo de la Educación de Adultos**”, aprobada por la Conferencia General en su decimonovena reunión, Nairobi, 1976.